

Regularização de camelô leva Acit à Procuradoria

Economia sensível

24 NOV 1995

Tony Winston

A polêmica em torno da presença de 500 camelôs nas ruas comerciais do centro de Taguatinga foi parar na Justiça. A Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit) entrou com uma petição inicial na Procuradoria dos Direitos do Cidadão, do Tribunal de Justiça do DF, alegando que a Administração da satélite está burlando a lei ao demarcar áreas públicas para ocupação de atividades da economia informal. Na prática, a ação faz com que o governador Cristovam Buarque tenha que prestar esclarecimentos a respeito do assunto. Apesar da intervenção da Procuradoria, o processo vai se dar apenas no âmbito administrativo.

“Em casos assim é a autoridade pública da esfera superior da hierarquia quem responde. Eu serei apenas a ponte no processo”, explicou o procurador Temístocles de Castro. Ele encaminhará a petição ao governador ainda hoje e, caso não haja resposta, o procedimento poderá tomar caráter de processo judicial. “Tenho certeza que o governador será sensível à questão. Afinal, qual o governo que não tem interesse em arrecadar impostos?”, indagou Castro referindo-se ao fato dos ambulantes não contribuírem com tributos.

Lei — Os advogados da Acit, Alfredo Rossi Cunha e Wellington de Queiroz, alegam na petição que o administrador de Taguatinga, José Lima Simões, fere a Lei nº 8.205, que autoriza o serviço de atividade de prestação de serviços ambulantes nas áreas administrativas do Núcleo Bandeirante, Setor Residencial Indústria e Abastecimento de Ceilândia (SRIA) e Brasília. “Taguatinga não foi contemplada com esse direito”, justifica Wellington.



Guimarães (E) entrega petição ao procurador Temístocles

O procurador classificou a atividade dos camelôs em Taguatinga como algo desordenado, “algo inferior à própria economia informal”. Para Castro, incentivar os ambulantes na satélite é instalar o caos. Ao entregar pessoalmente a petição ao procurador, na companhia dos advogados da associação e de vários comerciantes de Taguatinga, o presidente da Acit, Márcio Guimarães, disse que a atitude do administrador José Lima Simões é de “pura desobediência civil quando ele cadastra ambulantes para ocupar área pública sem recolhimento de um imposto sequer, além de configurar uma concorrência desleal para com os comerciantes formais”.

Guimarães devolveu as críticas do administrador que se referiu ao presidente da Acit como “o que ladra não morde”, depois que Simões soube da ação na Procurado-

ria. “Não vou descer o nível”, comentou Guimarães, acrescentando que “ele (o administrador) alega que quer pôr ordem na casa ao cadastrar os camelôs e deixá-los na rua trabalhando. Ora, quem tem poder de regulamentar a atividade comercial é só a Câmara Legislativa”.

Desemprego — O vice-presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Vornes Simões, também vice-presidente da Acit, observou que a atividade informal causa desemprego em todos os setores. “A economia alternativa deixa vagas vazias no setor formal. Consequentemente, quem é legalizado passa a vender menos por causa da concorrência e, claro, acontecem as demissões”, concluiu. Márcio Guimarães estima que o comércio taguatinguense contabiliza 30 mil desempregos neste ano.